

A MILITARIZAÇÃO DE ESCOLAS PÚBLICAS EM PORTO VELHO-RO E SEUS IMPACTOS NO ENSINO DE GEOGRAFIA: UMA ANÁLISE SOB A ÓTICA DO TERRITÓRIO

Rozilete Ferreira da Costa¹

 <http://lattes.cnpq.br/5255936632562100>

 <https://orcid.org/0009-0002-9515-5285>

Resumo

O presente artigo tem como objetivo geral analisar os impactos da militarização das escolas públicas em Porto Velho, Rondônia, com ênfase nas implicações para o ensino de Geografia, a partir da perspectiva geográfica do território. Fundamentado em uma abordagem qualitativa e no método de estudo de caso, a pesquisa investigou duas unidades escolares militarizadas: o Colégio Militar D. Pedro II – Unidade I e o Colégio Tiradentes da Polícia Militar VII. O estudo evidenciou que a militarização, embora promovida sob a justificativa de combater a violência e melhorar indicadores educacionais, redefine o território escolar ao impor uma lógica disciplinar e hierárquica. Essa reconfiguração espacial interfere nas práticas pedagógicas, especialmente na formação crítica promovida pela Geografia, ao restringir a autonomia docente e a liberdade de expressão no ambiente escolar. Os dados obtidos por meio de questionários e análise documental revelam percepções parecidas entre professores, pais e alunos: em sua maioria, avaliam positivamente a disciplina e a segurança proporcionadas pelo modelo, porém demonstram preocupação com as limitações impostas à prática pedagógica. A análise dos indicadores educacionais mostra avanços discretos no Ideb, não suficientes para comprovar a eficácia do modelo militarizado como solução estrutural para os desafios da educação pública. Conclui-se que a militarização representa uma intervenção territorial com consequências profundas para a dinâmica escolar, exigindo debate crítico sobre seus reais efeitos na formação cidadã e democrática dos estudantes.

Palavras-chave: militarização escolar; ensino de Geografia; território; educação pública; Porto Velho.

Abstract

This article aims to analyze the impacts of the militarization of public schools in Porto Velho, Rondônia, with a focus on the implications for Geography education from the geographical perspective of territory. Based on a qualitative approach and the case study method, the research investigated two militarized school units: Colégio Militar D. Pedro II – Unit I and Colégio Tiradentes da Polícia Militar VII. The study revealed that militarization, although promoted under the justification of combating violence and improving educational indicators, redefines the school territory by imposing a disciplinary and hierarchical logic. This spatial reconfiguration interferes with pedagogical practices, especially with the critical formation promoted by Geography, by restricting teacher autonomy and freedom of expression within the school environment. Data obtained through questionnaires and document analysis reveal similar perceptions among teachers, parents, and students: the majority view the discipline and security provided by the model positively, but express concern about the limitations imposed on pedagogical practices. The analysis of educational indicators shows slight improvements

¹ Mestre em geografia pela universidade Federal de Rondônia-UNIR. E-mail: costarozilete@gmail.com.

A MILITARIZAÇÃO DE ESCOLAS PÚBLICAS EM PORTO VELHO-RO E SEUS IMPACTOS NO ENSINO DE GEOGRAFIA: UMA ANÁLISE SOB A ÓTICA DO TERRITÓRIO

in the Ideb, but not enough to prove the effectiveness of the militarized model as a structural solution to the challenges of public education. It is concluded that militarization represents a territorial intervention with profound consequences for school dynamics, requiring a critical debate about its real effects on the civic and democratic formation of students.

Keywords: school militarization; Geography education; territory; public education; Porto Velho.

Introdução

O presente artigo, com base na dissertação *O Ensino da Geografia e o Processo de Militarização das Escolas Públicas de Porto Velho, Rondônia*, investiga o impacto da militarização das escolas públicas na dinâmica escolar e, particularmente, no ensino de Geografia. A crescente violência percebida dentro e fora das instituições de ensino, frequentemente associada à indisciplina, tem sido usada como justificativa para a implementação do modelo cívico-militar, amparado por políticas públicas estruturadas pelos Decretos nº 9.665/2019 e nº 10.004/2019 (Brasil, 2019). Embora os defensores do modelo afirmem que a presença militar promove maior disciplina e melhora o desempenho dos estudantes, essa mudança levanta importantes questionamentos quanto à autonomia docente, ao ambiente escolar e à formação crítica dos alunos. Segundo Silva (2021, p. 517), as escolas cívico-militares representam um retrocesso ao promoverem uma educação conservadora, pautada na obediência e na hierarquização de valores, em detrimento da reflexão crítica. Castellar (2019, p. 94) também destaca que a militarização tende a transformar a escola em um espaço de controle disciplinar, restringindo a liberdade de ensino e o desenvolvimento de práticas pedagógicas voltadas para a cidadania ativa.

O estudo busca analisar como o processo de militarização afeta os profissionais da educação, a comunidade escolar e, especialmente, o ensino da Geografia nas escolas públicas de Porto Velho. A escolha do tema emerge da relevância do ensino de Geografia na formação crítica dos alunos e da preocupação com a crescente militarização das escolas, cujas normas rígidas contrastam com os princípios da pedagogia crítica (Moreira, 2019, p. 618; Fórum Nacional Popular de Educação, 2020).

A militarização das escolas públicas no Brasil intensificou-se a partir de 2012 e teve um pico de expansão recente, consolidada pelos Decretos nº 9.465/2019 e nº 10.004/2019 (Brasil, 2019). Essa expansão é justificada por fatores como vulnerabilidade social, violência escolar e a busca por melhores indicadores educacionais, a exemplo do Ideb. Contudo, a militarização tem sido criticada por ferir princípios fundamentais da educação, como a liberdade de ensinar e aprender, o pluralismo de ideias e a gestão democrática (Brasil, 1988; Brasil, 1996).

Para compreender esse fenômeno, o presente estudo adota uma abordagem qualitativa e o método de Estudo de Caso (Yin, 2001, p. 32; Creswell, 2014, p. 182; Gil, 2019, p. 30; Godoy, 1995, p. 58). As unidades escolares analisadas em Porto Velho foram o Colégio Militar D. Pedro II - Unidade I (antiga

A MILITARIZAÇÃO DE ESCOLAS PÚBLICAS EM PORTO VELHO-RO E SEUS IMPACTOS NO ENSINO DE GEOGRAFIA: UMA ANÁLISE SOB A ÓTICA DO TERRITÓRIO

Escola Estadual Petrônio Barcelos) e o Colégio Tiradentes da Polícia Militar VII (antiga Escola Estadual Manaus) (Rondônia, 2017; Polícia Militar do Estado de Rondônia, 2021). O foco no conceito geográfico de território é central para analisar a militarização como um processo de redefinição e controle do espaço escolar (Santos, 2006, p. 17; Haesbaert, 2020; Neves, 2018, p. 10).

Essa mudança institucional, ainda que defendida por alguns setores como promotora de ordem e melhoria de desempenho, levanta importantes questionamentos. Silva (2021, p. 517) argumenta que o modelo cívico-militar representa um retrocesso ao promover práticas autoritárias e disciplinadoras que enfraquecem os fundamentos democráticos da educação pública. Da mesma forma, Castellar (2019, p. 45-46) afirma que a militarização promove o controle dos corpos e da subjetividade discente, configurando uma estratégia de disciplinarização que inibe o pensamento crítico, especialmente em áreas como a Geografia.

O artigo está estruturado em cinco seções principais. A primeira corresponde à Introdução, na qual se apresenta o tema da pesquisa num contexto geral. A segunda seção é dedicada à fundamentação teórica, que discute os principais conceitos e autores que embasam a análise, com destaque para os estudos sobre militarização, território e educação. Na terceira seção, descrevem-se o método e a metodologia adotados, detalhando a abordagem qualitativa e o estudo de caso como estratégia de investigação. A quarta seção contempla a apresentação e discussão dos resultados obtidos a partir da análise do estudo de caso realizado em escolas públicas militarizadas na cidade de Porto Velho, Rondônia. Por fim, a quinta seção apresenta as considerações finais, nas quais se refletem as principais conclusões do trabalho, enfatizando as implicações do processo de militarização para a educação pública e, em especial, para o ensino da disciplina de Geografia.

O território escolar sob novo comando: perspectivas teóricas

A militarização das escolas públicas, ao reorganizar o espaço físico e as dinâmicas sociais e pedagógicas, exige uma análise que conduza além da superfície disciplinar, aprofundando as complexas camadas que constituem o território escolar. O conceito de território é fundamental na Geografia para compreender as relações de poder e as identidades construídas em um determinado espaço. Ele não se limita a uma delimitação geográfica, mas envolve dimensões políticas, sociais e simbólicas que refletem os interesses e projetos dos grupos que o ocupam.

Neste estudo, o conceito de território é abordado a partir da concepção de Milton Santos (2006, p. 17), que o define como o “território usado”, ou seja, um espaço que combina a materialidade do chão com os significados e identidades atribuídos por seus habitantes. O território usado é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida. A escola, antes de sua militarização, é um lugar socialmente construído, carregado de significados e expectativas pela comunidade. A militarização, contudo, frequentemente impõe mudanças, como a alteração do nome e a

A MILITARIZAÇÃO DE ESCOLAS PÚBLICAS EM PORTO VELHO-RO E SEUS IMPACTOS NO ENSINO DE GEOGRAFIA: UMA ANÁLISE SOB A ÓTICA DO TERRITÓRIO

vinculação a valores militares, alterando a identidade original do lugar escolar (Santos, 2006, p. 18).

Rogério Haesbaert (2020, p. 15) contribui para essa discussão ao enfatizar a necessidade de resistência às ideologias que impõem novas identidades ao território e ao lugar. A militarização pode ser vista como um processo de dominação dos espaços escolares e de seus frequentadores. Essa dominação busca disciplinar os estudantes de acordo com padrões específicos de comportamento, baseados na obediência e na cordialidade, refletindo uma estratégia do Estado para manutenção do controle sobre determinados segmentos sociais, especialmente as camadas mais vulneráveis (Castellar, 2019, p. 95).

A discussão do ensino de Geografia no contexto da militarização escolar, portanto, envolve a compreensão dessas transformações no território e no lugar. O ensino de Geografia deve promover um raciocínio geográfico autônomo e crítico, abrangendo categorias como espaço geográfico, lugar, paisagem, território, região e rede geográfica, além das mudanças socioespaciais. Neves (2018, p. 6) ressalta que o território é um campo de disputa e que a educação deve considerar os conflitos socioespaciais que permeiam a vivência escolar.

A militarização, ao impor normas rígidas e uma disciplina hierárquica, pode limitar práticas pedagógicas reflexivas e participativas, restringindo o debate aberto e o desenvolvimento da autonomia dos alunos, contrariando os fundamentos da pedagogia crítica. Silva (2021, p. 509) argumenta que as escolas cívico-militares representam um retrocesso ao adotar uma lógica conservadora e autoritária, inibindo a formação cidadã e a construção do pensamento crítico. Nesse sentido, Saviani (2013, p. 76) defende que a educação deve estar comprometida com a transformação social e com a construção da democracia, o que pressupõe uma prática pedagógica crítica, dialógica e voltada para a emancipação dos sujeitos. Assim, a lógica disciplinadora da militarização se opõe à concepção de escola como espaço de formação integral e crítica, tal como defendida por Saviani, ao propor que a educação se articule com os interesses populares e com os processos históricos de luta por direitos.

Em síntese, o referencial teórico que articula os conceitos de território, lugar e pedagogia crítica permite analisar a militarização não apenas como uma mudança administrativa ou disciplinar, mas como um processo que redefine a própria essência do espaço escolar, interferindo na liberdade pedagógica e na construção do pensamento crítico, essenciais para uma educação cidadã (Lima, 2008, p. 139; Moreira, 2019, p. 622).

Percurso metodológico: desvendando as dinâmicas do território escolar militarizado

Para investigar o impacto da militarização nas escolas públicas de Porto Velho e sua relação com o ensino de Geografia, o presente estudo adotou uma abordagem qualitativa. Segundo Godoy (1995, p. 58), essa abordagem permite compreender o fenômeno em seu contexto real, proporcionando uma análise

A MILITARIZAÇÃO DE ESCOLAS PÚBLICAS EM PORTO VELHO-RO E SEUS IMPACTOS NO ENSINO DE GEOGRAFIA: UMA ANÁLISE SOB A ÓTICA DO TERRITÓRIO

integrada. Creswell (2014) descreve a pesquisa qualitativa como um conjunto de práticas que transformam o mundo visível em dados representativos, incluindo notas, entrevistas, fotografias e documentos.

A pesquisa caracterizou-se por ser exploratória, cujo objetivo é proporcionar maior familiaridade com o problema, tornando-o mais explícito (GIL, 2019). Além disso, é descritiva, pois parte do geral para o particular (Alves; Toschi, 2019).

O método central empregado foi o Estudo de Caso, seguindo as orientações de Yin (2001, p. 32), que define o Estudo de Caso como uma investigação empírica que explora um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente definidos. O método foi adaptado à pesquisa, passando pelas fases de elaboração do plano de pesquisa, coleta e análise dos dados, e apresentação dos resultados.

O objetivo geral deste artigo é investigar o processo de militarização e seus impactos na vida dos profissionais de educação, na comunidade escolar e no ensino de Geografia nas escolas públicas de Porto Velho, Rondônia. Os objetivos específicos são: (i) verificar como se deu o processo de militarização escolar em Rondônia e os impactos nas escolas de Porto Velho e na disciplina de Geografia; (ii) conhecer as respostas de professores, pais e alunos sobre a militarização das escolas públicas de Porto Velho/RO.

Como objeto de estudo, considerando a expansão do modelo em Rondônia, optou-se por focar em dois colégios militares em Porto Velho. As unidades escolares analisadas foram o Colégio Militar Dom Pedro II - Unidade 1 (antiga Escola Estadual Petrônio Barcelos) e o Colégio Tiradentes da Polícia Militar - Unidade VII (antiga Escola Estadual Manaus). Essas escolas foram escolhidas por representarem a experiência da militarização no ensino público local.

As técnicas de pesquisa utilizadas incluíram a aplicação de questionários com professores, pais e alunos, e a análise de documentos institucionais. Questionários abertos foram empregados para permitir maior liberdade de expressão dos participantes, dada a natureza polêmica do tema. Foram aplicados questionários específicos para professores (geral), professores de Geografia, alunos e responsáveis pelos alunos.

No Colégio Militar Dom Pedro II - Unidade 1, a pesquisa de campo foi aprovada e realizada. Entrevistas foram feitas com treze professores, dez de disciplinas diversas e três professores de Geografia; com 10 pais de alunos, além da aplicação de questionários a vinte e nove alunos do 3º ano. A pesquisadora possuía um histórico pessoal com a escola, tendo estudado e atuado como docente nela antes, durante e depois da militarização.

No Colégio Tiradentes VII (antiga Escola Manaus), a pesquisa de campo enfrentou obstáculos significativos, pois o diretor não autorizou a aplicação dos questionários, mesmo após alterações solicitadas. A justificativa não foi explicitada, e o órgão responsável (CRE/Pvh) informou que as escolas militares possuem autonomia para autorizar ou não pesquisas. Como resultado, a pesquisa referente ao Colégio Tiradentes VII se baseou em fontes bibliográficas

A MILITARIZAÇÃO DE ESCOLAS PÚBLICAS EM PORTO VELHO-RO E SEUS IMPACTOS NO ENSINO DE GEOGRAFIA: UMA ANÁLISE SOB A ÓTICA DO TERRITÓRIO

e documentos existentes, complementada pela análise de fontes secundárias como artigos, dissertações e notícias. A dissertação de Bezerra (2019) sobre a militarização em Porto Velho foi uma fonte importante para este caso.

A organização dos dados coletados no CMDPII-I e das informações das fontes secundárias sobre o CTPM VII envolveu o tratamento e análise dos resultados, buscando sistematizar as informações em consonância com o referencial teórico, particularmente os conceitos de território e lugar. A análise buscou compreender como a reorganização militar impacta as práticas pedagógicas, a relação entre civis e militares e a percepção da comunidade escolar sobre o ambiente educacional, tudo isso inscrito no reordenamento do território escolar (Santos, 2006, p. 13-21; Haesbaert, 2020).

Resultados e discussão: o território militarizado e seus reflexos na escola

A análise dos dados e das fontes secundárias permitiu compreender como a militarização se manifesta no território das escolas públicas de Porto Velho e quais são seus reflexos. A militarização é impulsionada por decretos nacionais (nº 9.665/2019, nº 10.004/2019) e, no estado de Rondônia, pela Lei nº 4.058/2017, que autorizou a criação de unidades do Colégio Tiradentes da Polícia Militar (CTPM), permitindo a transformação de escolas estaduais já existentes. O CTPM II serviu como modelo para as demais unidades.

A justificativa oficial para essa medida frequentemente aponta para a necessidade de combater a violência, a indisciplina e melhorar os indicadores de desempenho educacional (BEZERRA, 2019, p. 98). As escolas pesquisadas, CMDPII-I (antiga Petrópolis Barcelos) e CTPM VII (antiga Manaus), apresentavam contextos de vulnerabilidade social e violência antes da militarização, usados como argumentos para a mudança.

A militarização, sob a ótica do território usado (Santos, 2006, p. 18), representa uma reocupação e redefinição do espaço escolar. No caso do Colégio Tiradentes VII (antiga Escola Manaus), essa transformação foi imposta por decreto governamental, sem consulta pública à comunidade escolar, configurando uma infração à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), que prevê a participação da comunidade escolar e local. As reuniões realizadas serviram apenas para comunicar a decisão já tomada, e não para consultar a comunidade. Essa imposição demonstra um processo de dominação do espaço, onde o poder estatal, através da estrutura militar, redefine o lugar da escola.

A estrutura organizacional dessas escolas é marcada pela hierarquia militar, com um diretor militar e um vice-diretor civil ("diretor pedagógico"). Essa estrutura centralizada, baseada em centralismo, autocracia e disciplina (Lima, 2008, p. 139; Soares, 2006, p. 52), reflete a ênfase na obediência e no cumprimento de normas, características que podem limitar a autonomia pedagógica e a participação dos envolvidos. A militarização, ao integrar a lógica militar à gestão escolar, busca disciplinar os estudantes e manter o controle sobre segmentos sociais (Castellar, 2019, p. 87).

A MILITARIZAÇÃO DE ESCOLAS PÚBLICAS EM PORTO VELHO-RO E SEUS IMPACTOS NO ENSINO DE GEOGRAFIA: UMA ANÁLISE SOB A ÓTICA DO TERRITÓRIO

Os resultados da pesquisa de campo no Colégio Militar D. Pedro II - Unidade I revelam as diferentes percepções da comunidade escolar sobre essa reconfiguração do território educativo:

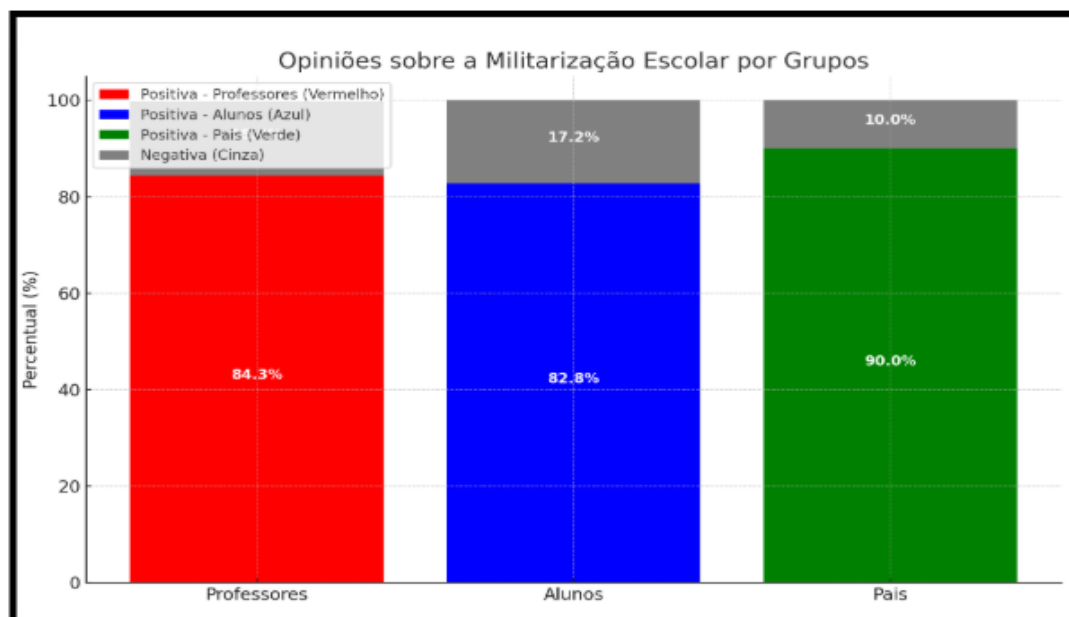
Percepção dos Professores: Dos treze professores entrevistados no CMDPII-I, 84,3% apresentaram opiniões favoráveis à militarização como a promoção de valores de respeito e disciplina, enquanto 15,7% expressaram preocupação, vendo a militarização como um retrocesso ou excessivamente rígida. Apesar dessas diferenças, os professores e a supervisora relataram que há liberdade na elaboração dos planos de aula e no plano de curso, seguindo a legislação e a matriz curricular, que, segundo a diretora-geral da SEDUC/RO, não sofreu alterações. Contudo, a pesquisa indica que a militarização gera opiniões divergentes entre os docentes, ilustrando a complexidade do tema e a necessidade de diálogo sobre suas implicações na educação (Silva, 2021, p. 511).

Percepção dos Alunos: Dos vinte e nove discentes entrevistados do CMDPII-I, uma ampla maioria (82,8%) manifestou opinião favorável à militarização, justificando-a pela organização, disciplina, segurança e melhoria no ensino, enquanto 17,2% se mostraram contrários. A relação com os militares é variada, com alguns percebendo respeito e justiça, enquanto outros notam ignorância ou arrogância. Os alunos não gostam de aspectos como o momento cívico, a rigidez dos militares e as regras excessivas. Por outro lado, valorizam a interação com colegas, as aulas, a segurança e os eventos escolares. A percepção dos alunos sobre segurança e disciplina demonstra a influência da militarização na organização do espaço escolar e na construção de uma identidade disciplinar. No entanto, a insatisfação com regras severas aponta tensões entre a padronização imposta e as vivências estudantis (Bezerra, 2019, p. 123).

Percepção dos Pais: Dos dez responsáveis entrevistados no CMDPII-I, a grande maioria (90%) é favorável à militarização e 10% contrários, justificando que a principal motivação para matricular seus filhos na escola militarizada foi a busca por maior disciplina, segurança e qualidade de ensino. Muitos pais percebem melhorias na infraestrutura e no comprometimento dos docentes, associando a disciplina a um ambiente mais organizado e propício ao aprendizado. A maioria considera o nível de disciplina adequado, embora alguns apontem rigidez excessiva. A exigência de uniformes, apesar do custo inicial, foi assimilada pela maioria das famílias. As avaliações da escola foram predominantemente altas (notas entre 8 e 10), reforçando a percepção positiva da militarização em termos de disciplina e segurança (Bezerra, 2019, p. 147).

A MILITARIZAÇÃO DE ESCOLAS PÚBLICAS EM PORTO VELHO-RO E SEUS IMPACTOS NO ENSINO DE GEOGRAFIA: UMA ANÁLISE SOB A ÓTICA DO TERRITÓRIO

Gráfico 1 - Opiniões sobre a Militarização Escolar por grupos.



Fonte: autora.

O gráfico evidencia percepções bastante parecidas entre professores, alunos e pais quanto à militarização escolar. A maioria dos professores (84,3%), alunos (82,8%) e pais (estimados 90%) expressam avaliações positivas, associando a militarização à disciplina, segurança e melhorias no ensino. A pequena parcela de percepções negativas entre professores, alunos e pais revelam preocupações com a liberdade pedagógica e a formação crítica dos estudantes, além de tensões com regras excessivas e rigidez, destacando a necessidade de um diálogo contínuo sobre os impactos pedagógicos e sociais desse modelo de gestão escolar.

Análise dos indicadores educacionais

A análise do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)² busca verificar se as justificativas governamentais para a militarização se confirmam em termos de desempenho. No Colégio Tiradentes VII (antiga Escola Manaus), os resultados do Ensino Médio mostram melhora entre 2021 (4,9) e 2023 (5,1), mas os dados demonstram que mesmo com a militarização, o problema do baixo desempenho escolar não foi totalmente resolvido.

No Colégio Militar D. Pedro II - Unidade I, os dados do Ideb disponíveis entre 2021 e 2023 para o Ensino Médio, foi possível verificar que houve uma progressão subindo de 3,9 para 4,4 no período analisado, mostrando uma ligeira melhora em relação a 2021. Apesar dos avanços, a maior rigidez disciplinar promovida pela militarização parece ter influenciado principalmente a

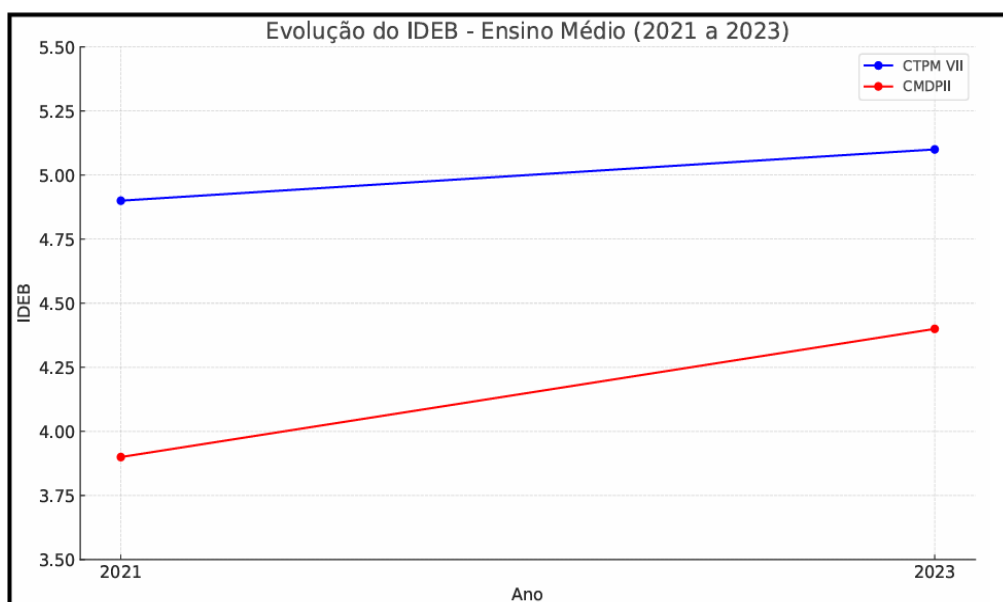
²Fonte: QEDU. Portal QEDU: dados educacionais do Brasil. Disponível em: <https://qedu.org.br>. Acesso em: 12 maio 2025.

A MILITARIZAÇÃO DE ESCOLAS PÚBLICAS EM PORTO VELHO-RO E SEUS IMPACTOS NO ENSINO DE GEOGRAFIA: UMA ANÁLISE SOB A ÓTICA DO TERRITÓRIO

assiduidade e o engajamento, sem comprovar ainda uma transformação pedagógica profunda. A elevação dos índices pode refletir estratégias voltadas ao cumprimento de metas mais do que à melhoria real do ensino.

Conforme gráfico 2 abaixo, a análise dos dados revela que o Colégio Tiradentes VII (CTPM VII) apresentou avanços moderados no Ideb do Ensino Médio passando de 4,9 em 2021 para 5,1 em 2023. Já o Colégio Militarizado Dom Pedro II (CMDPII-I) demonstrou um leve crescimento no mesmo período em 2021 (3,9) e 2023 (4,4), com índices estimados inferiores aos do CTPM VII. Isso indica que, embora a militarização possa trazer alguma melhora, os resultados não são suficientemente expressivos para justificar o modelo como solução única para os desafios educacionais.

Gráfico 2 - Evolução do IDEB nas Escolas Tiradentes VII e D.Pedro II-UNID.I.



Fonte: autora

A militarização, portanto, reconfigura o território escolar impondo uma lógica disciplinar e hierárquica. Embora possa trazer uma sensação de maior segurança e ordem para alguns, a rigidez das regras e a imposição do modelo sem consulta democrática (no caso do CTPM VII) indicam que essa reconfiguração do espaço educativo não se limita a melhorias pontuais, mas interfere diretamente nas dinâmicas sociais, na autonomia e na potencialidade do espaço como lugar de construção do pensamento crítico e da cidadania. As melhorias observadas em infraestrutura e segurança, embora valorizadas pelos professores, pais e alunos, devem ser contrastadas com as preocupações relativas à liberdade pedagógica e à imposição de um controle social rígido.

Considerações finais

O presente estudo atingiu seus objetivos ao investigar, sob a ótica do território, os impactos da militarização das escolas públicas em Porto Velho-RO,

A MILITARIZAÇÃO DE ESCOLAS PÚBLICAS EM PORTO VELHO-RO E SEUS IMPACTOS NO ENSINO DE GEOGRAFIA: UMA ANÁLISE SOB A ÓTICA DO TERRITÓRIO

com ênfase no ensino de Geografia. A pesquisa evidenciou que a militarização promove uma reconfiguração do território escolar, impondo uma lógica disciplinar e hierárquica que afeta diretamente a dinâmica pedagógica e as relações entre os sujeitos escolares. Conforme Santos (2006, p. 13), o território é mais do que um espaço físico — trata-se de um espaço usado, carregado de significados, que, ao ser militarizado, sofre um processo de dominação e resignificação. A substituição de práticas pedagógicas voltadas à construção crítica do conhecimento por uma lógica de controle e padronização interfere na função social da escola, especialmente no ensino de Geografia, disciplina central para a formação cidadã e crítica (Neves, 2018, p. 5; Moreira, 2019, p. 620).

Os dados revelaram percepções semelhantes entre os grupos investigados. A maioria dos professores (84,3%), alunos (82,8%) e pais (90%) avaliou positivamente a militarização, destacando melhorias em disciplina, segurança e infraestrutura. No entanto, uma parcela dos entrevistados (cerca de 10%) apresentou divergência de opiniões, com relatos de restrição à autonomia docente, à liberdade de expressão e rigidez dos militares, corroborando as críticas apontadas por Silva (2021, p. 510) e Castellar (2019, p. 45) quanto aos limites impostos pelo modelo militarizado às práticas pedagógicas críticas.

No que tange aos resultados educacionais, a análise do Ideb indica avanços discretos. No Colégio Tiradentes VII (CTPM VII), os dados do Ensino Médio apresentam uma leve melhora, de 4,9 em 2021 para 5,1 em 2023. Já no Colégio D. Pedro II-I (CMDPII-I), o índice subiu de 3,9 para 4,4 entre 2021 e 2023. Esses números, embora indiquem progresso, não confirmam uma transformação estrutural na qualidade do ensino, sugerindo que os ganhos podem estar mais relacionados à rigidez disciplinar do que a melhorias pedagógicas substanciais, como apontado por Lima (2008, p. 140) e Soares (2006, p. 85).

Além disso, o estudo de caso realizado por Costa (2025, p. 79-80) demonstrou que a implementação do modelo militarizado ocorreu, em alguns casos, sem consulta efetiva à comunidade escolar, ferindo os princípios da gestão democrática estabelecidos pela LDB (Brasil, 1996, art. 14) e pela Constituição Federal (Brasil, 1988, art. 206, inciso VI). Essa imposição, como argumenta Haesbaert (2020, p. 18), constitui uma forma de controle territorial que silencia vozes e reduz o espaço para o exercício pleno da cidadania.

Diante desses achados, conclui-se que a militarização das escolas públicas em Porto Velho representa uma intervenção territorial que transforma profundamente o espaço escolar e os sentidos atribuídos a ele. Embora traga percepções positivas para parte da comunidade, especialmente em relação à segurança e à disciplina, os impactos sobre a autonomia pedagógica, a liberdade de pensamento e o ensino crítico de Geografia são preocupantes, conforme as reflexões de Saviani (2013, p. 45). A militarização não deve ser considerada uma solução estrutural para os desafios da educação pública, sendo necessário promover um debate mais amplo e fundamentado sobre os caminhos para uma educação democrática, plural e emancipadora.

A MILITARIZAÇÃO DE ESCOLAS PÚBLICAS EM PORTO VELHO-RO E SEUS IMPACTOS NO ENSINO DE GEOGRAFIA: UMA ANÁLISE SOB A ÓTICA DO TERRITÓRIO

Referências

- ALVES, M. F.; TOSCHI, M. S. *A militarização das escolas públicas: uma análise a partir das pesquisas da área de educação no Brasil*. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, v. 35, n. 3, p. 633–649, 2019.
- BEZERRA, A. C. P. S. *A militarização de escolas da rede estadual em Porto Velho-RO*. 2019. 180 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2019.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.
- BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB: Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.
- BRASIL. *Decreto nº 10.004, de 5 de setembro de 2019. Dispõe sobre a criação de escolas cívico-militares*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2019/decreto/d10004.htm. Acesso em: 28 mar. 2022.
- CASTELLAR, S. M. V. *Militarização da educação: estratégias de controle e disciplinarização no espaço escolar*. São Paulo: Autêntica, 2019.
- COSTA, R. F. da. *O ensino da Geografia e o processo de militarização das escolas públicas de Porto Velho-RO*. 2025. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2025.
- CRESWELL, J. W. *Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens*. 3. ed. Porto Alegre: Penso, 2014.
- FÓRUM NACIONAL POPULAR DE EDUCAÇÃO. *Sobre a militarização das escolas públicas no Brasil*, 2020. Disponível em: <https://fnpe.com.br/sobre-a-militarizacao-das-escolas-publicas-no-brasil>. Acesso em: 28 mar. 2024.
- GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2019.
- GODOY, A. S. *Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades*. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57–63, 1995.
- HAESBAERT, R. *Do corpo-território ao território-corpo (da terra): contribuições decoloniais*. *GEOgraphia*, Niterói, v. 22, n. 48, 16 jun. 2020.
- LIMA, R. *A escola militar no Brasil: uma análise crítica do modelo organizacional e pedagógico*. *Revista Brasileira de Educação*, v. 13, n. 38, p. 135–147, 2008.
- MOREIRA, M. A. M. *A militarização das escolas públicas sob os enfoques de três direitos: constitucional, educacional e administrativo*. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, v. 35, n. 3, p. 612–632, set./dez. 2019.

**A MILITARIZAÇÃO DE ESCOLAS PÚBLICAS EM PORTO VELHO-RO E SEUS
IMPACTOS NO ENSINO DE GEOGRAFIA: UMA ANÁLISE SOB A ÓTICA DO
TERRITÓRIO**

NEVES, L. S. das. *O território em disputa: os conflitos socioespaciais na Amazônia brasileira*. Revista NERA, v. 21, n. 57, p. 3–22, set./dez. 2018. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/6437>. Acesso em: 28 abr. 2024.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE RONDÔNIA. *Regimento Interno do Colégio Tiradentes da Polícia Militar*, 2021. Disponível em: https://ctpm.pm.ro.gov.br/images/JOSEMAR/DOCUMENTACAO/REGIMENTO_INTERNO_DO_CTPM.pdf. Acesso em: 30 mar. 2025.

QEDU. *Portal QEdu: dados educacionais do Brasil*. Disponível em: <https://qedu.org.br>. Acesso em: 12 maio 2025.

RONDÔNIA. *Lei nº 4.058, de 4 de julho de 2017. Autoriza a criação do Colégio Tiradentes da Polícia Militar – CTPM e dá outras providências*. Diário Oficial do Estado de Rondônia, Porto Velho, 5 jul. 2017. p. 1.

SANTOS, M. *O dinheiro e o território*. In: SANTOS, M. et al. *Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. p. 13–21.

SAVIANI, D. *Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política*. 40. ed. Campinas: Autores Associados, 2013.

SILVA, J. J. D. G. da. *Escolas cívico-militares: conservadorismo e retrocesso na educação brasileira*. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, v. 37, n. 1, p. 506–524, 2021.

SOARES, J. *Gestão educacional e autonomia: desafios para a escola pública no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

YIN, R. K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Trad. Daniel Grassi. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

Recebido em: 21/08/2025
Aprovado em: 07/09/2025
Publicado em: 10/09/2025